

Exmo. Senhor Presidente

da Comissão Parlamentar de Economia, Obras
Públicas, Planeamento e Habitação,

Deputado Afonso Oliveira

S. Bento, 09 de março de 2023

Assunto: Audição, com carácter de urgência, do Ministro das Infraestruturas, João Galamba, da Federação dos Sindicatos de Agricultura, Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal (FESAHT) e do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. (CP), sobre a situação dos trabalhadores dos bares dos comboios da CP

Os cerca de 130 trabalhadores dos bares dos comboios da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. (CP) encontram-se, novamente, numa situação de grande incerteza, uma vez que a atual concessionária – Apeadeiro 2020, Produtos e serviços, Lda. – informou os trabalhadores de que os salários de fevereiro não serão pagos e que irá apresentar um Plano Especial de Revitalização (PER).

Mais, a concessionária da CP, já no passado mês de janeiro não pagou pontualmente os salários aos seus trabalhadores, em virtude de uma penhora de saldos bancários ordenada pelo Estado.

Estes trabalhadores receberam tardiamente o salário do mês de janeiro, não receberam o salário do mês de fevereiro e veem – novamente- os seus postos de trabalho em causa. A situação - que não é nova - decorre diretamente da atuação da CP e do Governo nesta matéria.

A condução deste processo, por parte da CP e do Governo, tem negligenciado consecutivamente a situação laboral destes trabalhadores, quando tinha a obrigação inversa de garantir que todos os postos de trabalho são assegurados e os direitos destes

trabalhadores garantidos. De acordo com o comunicado da FESAHT, de 8 de março, das recentes negociações com o Governo, a CP e a Apeadeiro 2020 não resultou, mais uma vez, qualquer garantia para os trabalhadores. Lê-se no referido comunicado que “A CP informou que ainda não foi feita a denúncia do contrato de concessão nem foi aberto o novo concurso público, ao contrário do compromisso assumido pelo Secretário de Estado do Ministério das Infraestruturas Francisco Frederico, que tinha assegurado aos representantes dos trabalhadores a denúncia imediata do contrato e um concurso urgente. Por outro lado, a Apeadeiro 2020 veio para esta reunião dizer que quer reunir com a CP e propor a renovação do contrato de concessão e, deste modo, dar entrada no Tribunal com um requerimento de PER.”.

Não só a Apeadeiro 2020 não paga aos trabalhadores, como não abastece os bares dos comboios, incumprindo manifestamente o contrato de concessão celebrado com a CP. De acordo com notícias recentes, nos comboios de longo curso – Intercidades e Alfa Pendular – a CP apenas tem água para disponibilizar aos passageiros, as prateleiras estão vazias.

Não é admissível que a CP, uma entidade detida a 100% pelo Estado, não tome uma posição célere e assuma a condução deste processo já que é a entidade adjudicante destes serviços e que, por isso, escolhe quem lhe presta os serviços, segundo os critérios que determina. A externalização dos serviços e a sua não internalização é um fator determinante para que estas situações se continuem a repetir.

Tendo em conta a relevância do tema e a urgência de encontrar soluções que assegurem os direitos e os postos de trabalho dos trabalhadores e trabalhadoras dos bares dos comboios da CP, importa ouvir os esclarecimentos das entidades envolvidas sobre esta matéria.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição urgente do Ministro das Infraestruturas, João Galamba, da Federação dos Sindicatos de Agricultura, Alimentação, Bebidas, Hotelaria e Turismo de Portugal (FESAHT) e do Conselho de Administração da CP – Comboios de Portugal, E.P.E. (CP).

A Deputada do Bloco de Esquerda,

Mariana Mortágua